

A ANÁLISE PSICOSSOCIAL DO JOVEM DELINQUENTE: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Carlos António Laranjeira*

RESUMO. A assiduidade e generalização do discurso social confirmam a exacerbação crescente do número de transgressões cometidas por jovens, classificadas como Delinquência Juvenil. Delineou-se como objectivos: investigar a produção científica em periódicos indexados nas bases de dados *Medline*, *Lilacs* e *PsycINFO*, sobre o conceito de delinquência juvenil, no período de 1995-2005, e analisar as questões relacionadas com o âmago deste fenómeno, visto à luz das interpretações sociológicas e psicológicas. Foram identificados 30 artigos, dos quais foram seleccionados 23 e foram localizados 20. A análise da literatura, permite discriminar os comportamentos delinquentes normativos dos patológicos, analisando-os segundo os modelos de controle social, da identidade/subcultura e da teoria psicanalítica. Reforça-se a necessidade de intervenção profiláctica primária, partindo do reconhecimento de fatores de risco que tornam determinados grupos vulneráveis. E finalmente expõem-se algumas das principais estratégias de tratamento, abrindo espaço a propostas de investigação futura.

Palavras-chave: comportamento, delinquência juvenil, psicopatia.

PSYCHOSOCIAL ANALYSES OF THE YOUNG DELINQUENT: A LITERATURE REVIEW

ABSTRACT. The frequency and generalization of social speech confirm the ever increasing number of youth transgressions classified as juvenile delinquency. To investigate the scientific results published in journals indexed in *Medline*, *Lilacs* and *PsycINFO* databases concerned with the concept of juvenile delinquency between 1995 and 2005 as well as to analyse the questions related to the core of such a phenomenon under a sociological and psychological point of view were set out as the main objectives of this study. Thirty articles were identified, of which 23 were selected and 20 were located. The study of this literature allowed us to distinguish a normative conduct from a pathological delinquent behaviour examined according to current models of social control, identity/subculture and psychoanalytical theories. The need for primary prophylactic intervention based on the recognition of risk factors, which render certain groups vulnerable, was also reinforced and some of the main treatment strategies were presented in the end thus creating new opportunities for future research propositions.

Key words: Behaviour, juvenile delinquency, psychopathy.

EL ANÁLISIS PSICO-SOCIAL DEL JOVEN DELINCUENTE: UNA REVISIÓN DE LITERATURA

RESUMEN. La asiduidad y generalización del discurso social confirman la exacerbação creciente del número de transgresiones cometidas por jóvenes, clasificadas como Delincuencia Juvenil. Como objetivos, se marcaron los siguientes: investigar la producción científica en periódicos indexados en las bases de datos *Medline*, *Lilacs* y *PsycINFO*, sobre el concepto de delincuencia juvenil, en el período de 1995-2005, y analizar las cuestiones relacionadas con el fondo de este fenómeno, visto a la luz de las interpretaciones sociológicas y psicológicas. Se identificaron 30 artículos, de los cuales 23 fueron seleccionados y 20 fueron localizados. El análisis de la literatura permite distinguir los comportamientos delinquentes normativos de los patológicos, analizándolos según los modelos de control social, de la identidad/subcultura y de la teoría psicoanalítica. Se refuerza la necesidad de una intervención profiláctica primaria, partiendo del reconocimiento de factores de riesgo que convierten en vulnerables determinados grupos. Y, finalmente, se exponen algunas de las principales estrategias de tratamiento, abriendo espacio a futuras propuestas de investigación.

Palabras-clave: comportamiento, delincuencia juvenil, psicopatía.

* Doutorando em Ciências de Enfermagem. Professor Assistente na Escola Superior de Saúde do Campus Universitário do Instituto Piaget de Viseu, Portugal.

A instabilidade, imprevisibilidade e incerteza do mundo atual colocam a problemática da Delinquência Juvenil no centro de debates das sociedades modernas. A sua centralidade é indissociável da sensação de vulnerabilidade das sociedades a um conjunto de ameaças e riscos que agudizam o sentimento de insegurança dos cidadãos. É usual e cada vez mais unânime, o discurso que confirma o fato de haver um crescente número de transgressões cometidas por jovens, classificadas como Delinquência Juvenil e que constituem um problema social grave com tendência a aumentar drasticamente de frequência e intensidade (Steinberg, 2000). Pesquisas indicam que crimes contra o patrimônio representam 68,6% dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes, tráfico de drogas 15% e crimes contra a vida e a pessoa apenas 1,3% (Barnow, Lucht & Freyberger, 2001).

A delinquência juvenil tem sido considerada como um transtorno psicossocial, do desenvolvimento, que deve ser entendido pela sua complexidade, já que a sua manifestação ocorre a partir de variáveis biológicas, comportamentais e cognitivas do indivíduo; e contextuais, como características familiares, sociais e experiências de vida negativas (Rutter, 2000; Scaramella, Conger, Spoth & Simons, 2002). A delinquência juvenil, associada a complexas consequências sociais, tem merecido aprofundados estudos e investigações que se estendem pelos diversos domínios das ciências sociais e humanas como a psicologia, a sociologia e o direito (Steinberg, 2000). A compreensão dos conceitos de vulnerabilidade e de fatores de risco é fundamental para a determinação das inúmeras variáveis presentes na etiologia deste comportamento (Mcknight & Loper, 2002). Surgem, em primeiro plano, dúvidas acerca da fiabilidade destas informações, tantas vezes especuladas pela mídia e dotadas de pouco rigor científico.

Na estreita ligação que existe entre o estrato da realidade que constitui o aparelho conceptual da Delinquência Juvenil, estamos na presença de um fenómeno dialético que deve ser compreendido numa óptica psicossocial e interdisciplinar dado que a sua análise liga-se a questões da patologia mental e social (Kernberg, 1995).

Neste contexto, inscrevemos o presente artigo num amplo estudo dos fatores psicossociais que envolvem a gênese da Delinquência Juvenil, sem minorizar a complexidade da questão quer pela relatividade sócio-jurídica do conceito, quer pela freqüente dificuldade de distinção entre o que é patológico e o que é crise de desenvolvimento. Surge assim a Delinquência Juvenil numa dupla polaridade que abrange duas realidades

que se unem: a primeira interrelaciona-se com o âmbito da Psicopatologia do Desenvolvimento, ou seja, a vida psicológica onde o foco de atenção é o indivíduo autónomo da realidade envolvente; a segunda refere-se ao Outro, isto é, ao grupo social, entendendo este como uma realidade independente dos sujeitos que o formam e que estabelecem normas (Steinberg, 2000).

OBJETIVO

O objetivo do presente trabalho é investigar a produção científica portuguesa e internacional sobre as interpretações sociais e psicológicas da delinquência juvenil, produzidas no período de 1995-2005, e analisar as várias dimensões do problema, contemplando as relações normativas entre a adolescência e os comportamentos de transgressão, enquanto estratégias de resolução de conflitos no sentido da adaptação.

MÉTODO

Para atingir o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa retrospectiva, descritiva e documental, onde buscamos fundamentos/evidências para apoiar/melhorar as respostas preventivas e o tratamento dos jovens delinquentes.

Faz-se necessário destacar que a revisão da literatura tem sua importância consagrada, principalmente por disponibilizar um perfil de conhecimento atual, verificar os consensos e as controvérsias, possibilitando a realização de estudos que abordem situações ainda não exploradas na área de interesse.

O levantamento bibliográfico, integrou periódicos indexados nas bases de dados *Medline*, *Lilacs* e *PsycINFO*, tendo sido utilizados os seguintes critérios de inclusão: a) tempo – selecionando-se os artigos portugueses e internacionais publicados entre 1995 e 2005; b) descritores – para o efeito foi utilizado o formulário avançado cruzando entre si os descritores: adaptação x vulnerabilidade x delinquência juvenil x adolescência x psicopatia. Para cada um dos descritores foi efetuada a correspondência nas línguas espanhola e inglesa.

A coleta de dados foi realizada no período de novembro de 2005 a março de 2006, tendo-se identificados 30 artigos e selecionados 23 de acordo com os critérios de inclusão. Dos 23 artigos, 18 foram acessados através de bibliotecas nacionais, dois

através de biblioteca internacional e três não foram localizados, resultando em um total final de 20 artigos.

Para a organização das informações, contidas nas publicações científicas encontradas, foram seguidos os passos preconizados por Minayo (1993), leitura flutuante de todos os artigos, mediante uma pesquisa exploratória procurando identificar o objeto, os objetivos do estudo e os resultados do mesmo, posteriormente os dados foram registados sob a forma de fichas de leitura.

Para análise dos dados deste estudo utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (1979). A Análise de Conteúdo na sua história mais recente, isto é, enquanto técnica de tratamento de dados considerada cientificamente, procura a sua lógica na interpretação cifrada de material de carácter qualitativo. Conseqüentemente trata-se de uma técnica de descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações e tendo por fim interpretá-las. Os conteúdos temáticos, encontrados nos resumos dos trabalhos, foram categorizados segundo 4 núcleos: a) adolescência enigmática; b) análise sociológica da delinquência; c) análise psicológica da delinquência; d) da vulnerabilidade aos factores de protecção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da análise dos 20 artigos que versam sobre a temática da delinquência juvenil, são dissecados os resultados obtidos conforme os núcleos temáticos identificados.

Adolescência enigmática

A ligação entre a adolescência e a infração pode ser considerada como impreterível, sendo esta última, necessária para o progresso, para o incremento e para o processo de obtenção de novas formas de socialização. O intento da transgressão está relacionado com as estratégias que visam a procura de solução de um conflito, no sentido da adaptação. O comportamento anti-social circunscrito à adolescência pode ser considerado estatisticamente normativo e interpretado como tentativa de expressar autonomia (Aguilar, Sroufe, Egeland & Carlson, 2000; Smith, Ireland & Thornberry, 2005). Podemos assim, explicar os resultados de Blumester e Cohen (citados por Capaldi & Stoolmiller, 1999), que concluíram existir uma diminuição da actividade delinqüente até ao início da idade adulta, atingindo um pico entre os 15 e os 17 anos.

No mesmo sentido existe uma intensificação do *acting-out* durante a adolescência que pode ser considerada uma experiência maturativa.

As infrações podem surgir como estratégias de organizar a desordem interior, vivida com medo. Este perigo interno é projetado em objetos externos precisos: os pais, os professores, os polícias, ou outros vividos como representantes da autoridade. É na realidade um momento de metamorfose intra-psíquica em que se dá a negociação de novos laços com os objetos da infância e o estabelecimento de ligações a novos objetos, e que segundo Heinze, Toro e Urberg (2004), pode terminar em “desvio”.

Braconnier e Marcelli (2000) determinam que a reorganização do elo com os pais ao ser dominada por uma dupla tendência (a necessidade de separação e a obtenção de autonomia) conduz o adolescente ao limite, que tantas vezes leva à transgressão sem expressão patológica.

Também Pigeon (1982), defende que a delinquência juvenil é um parâmetro do processo normal de socialização. São as respostas sociais que originam o processo de “patologização”, ou seja, é a patologia que se segue à delinquência e não o inverso. São as lógicas e estratégias psicológicas e psico-sociais que conduzem e obrigam a processos de discordância e transgressão, podendo levar à atribuição de um carácter negativo, de tal modo marcado que poderá induzir à sua cristalização.

Se por outro lado, considerarmos a delinquência como sintoma de patologia (em que a personalidade está perturbada e há perigo para a sociedade), mais do que estigmatizar importa, muitas vezes, assumi-la como estratégia de socialização em que o jovem é muitas vezes vítima da constelação familiar, do sistema escolar, da situação sócio-cultural e de um universo subtilmente repressivo. É por isso capital, relativizar e contextualizar os comportamentos evitando estigmatização dos jovens, numa tentativa de compreender a sua verdadeira gênese, segundo a lógica interna do transgressor. A análise da intensidade, da persistência e da rigidez destas condutas poderá, então conduzir ao estabelecimento de um diagnóstico conclusivo. Só assim será possível a distinção entre comportamento adaptativo e o comportamento desajustado e cristalizado psicológica e socialmente, quer tenha carácter temporário ou permanente.

Análise sociológica da delinquência

Partindo do pressuposto que a adolescência é uma idade de abertura e vulnerabilidade, a perspectiva sociológica sobre o desvio dos jovens tem sido criada

em torno de dois modelos: o do controlo social e o da identidade/subcultura. O primeiro relata que o desvio resulta de um colapso entre estruturas de autoridade e de controlo social, de acordo com a teoria da coesão social de Durkheim (citado por Ferreira, 2000) a diminuição da intensidade dos laços sociais, decresce o sentimento de integração e ação pessoais. As dificuldades na eficácia dos controles pessoais e na supervisão exercida pelos pais, sobre as crianças e jovens, designadamente em grupos sócio-económicos desvalidos, são legitimados pelo enfraquecimento da conformidade social. De fato a pesquisa demonstra haver uma prevalência do delito juvenil nas classes sociais mais baixas (Pais, 1996). Na mesma linha Costa (1999), justifica o aparecimento da delinquência, em maior número entre populações desfavorecidas e etnicamente minoritárias, como resultado do enfraquecimento institucional, dos fatores tradicionais de socialização. Ventura (1999) vai ao ponto de afirmar que os jovens oriundos de meios sócio-culturais desprotegidos aumentam a aderência a formas e modelos de comportamento criminal. Segundo Rutter (2000) a pobreza não parece mediar o risco psicopatológico, contudo tem alguma influência sobre os comportamentos desviantes na medida em que frustra o exercício das funções paternas e aumenta as adversidades na família.

No modelo subcultural o desvio surge como resolução a problemas com os quais os jovens se defrontam no desenvolvimento das suas identidades sociais (tensão entre dependência e o desejo de autonomia). A ação assenta em definições e orientações adquiridas e assimiladas em contato íntimo e intenso com os outros, que se tornam referências fulcrais na estruturação do *Self* (Ferreira, 2000). Aqui o valor do grupo relaciona-se com várias necessidades: a obtenção de informação e desenvolvimento de mapas da realidade, o suporte dos elos coletivos e a parceria ideal para a realização de atividades de tempos livres. Inúmeras são as teorias da aprendizagem social, que defendem a influência do grupo sobre os jovens, por processos de imitação ou modelagem, mostrando que a conformidade jovem/grupo, condiciona determinados comportamentos, habitualmente o furto, absentismo escolar, consumo de substâncias, entre outros.

Também a influência do ambiente no aparecimento de comportamentos desviantes, é defendida por Rae-Grant, McConville, Kenned, Vaughan e Steiner (1999), considerando como fatores de risco, a existência de violência doméstica, a posse de armas, abuso de álcool

e a associação com adolescentes e/ou adultos delinquentes.

As correntes sociológicas assumem uma crítica clara à “psiquiatrização” dos comportamentos e a influência que a psiquiatria/psicologia exercem sobre o sistema de justiça.

Os inconvenientes da categorização clínica, prendem-se com o fato do sistema de justiça e o sistema de saúde (psiquiatria e psicologia) contribuírem cada vez mais, para reforçar a repressão e o controle social, interferindo em esferas sociais como a intimidade familiar. Algumas práticas que acabaram por «fazer lei» na aplicação do código penal favorecem a estigmatização baseada na penalização e na desresponsabilização dos indivíduos. O mesmo autor critica os psiquiatras e psicanalistas, na medida em que não valorizam a sociologia e as estatísticas, que permitem “despsiquiatrizar” o território sobre o qual construíram os seus saberes, preferindo induzir a uma justiça, em grande medida ultrapassada, porque pouco adaptada aos ritmos do seu tempo, à evolução social, às mudanças de valores e aos significados recentes do desvio.

Análise psicológica da delinquência

Quanto ao diagnóstico associado aos comportamentos geralmente qualificados como delinquentes, recorre-se com frequência ao sistema de classificação da DSM-II-R (American Psychiatric Association, 1994). De acordo com este manual, o transtorno anti-social de personalidade é o diagnóstico que melhor tipifica a caracterização dos indivíduos cujos comportamentos são predominantemente desviantes. Segundo Kernberg (1995), este diagnóstico apresenta múltiplas imperfeições, nomeadamente ao incluir delinquentes com características de personalidade diversas, obscurecendo a distinção entre determinantes sócio-culturais/econômicas e a psicopatologia da personalidade. O mesmo autor acredita que os critérios da DSM-II-R descrevem um conjunto indiscriminado de comportamentos delinquentes, negligenciando o transtorno anti-social de personalidade de tipo não agressivo/passivo (no qual predominam os tipos de comportamento cronicamente parasitas e/ou espoliativos, e não os agressivos), ou seja, há neste tipo de diagnóstico uma ausência de foco nos traços da personalidade (Kernberg, 1995).

O comportamento anti-social indica a presença de mentiras, furtos, burlas, prostituição, incluídos por Kernberg (1995), numa tipologia de predomínio passivo-parasita e os assaltos, violações e assassinio, característicos do comportamento de tipo agressivo. A

capital divergência entre estes dois tipos de doentes, respectivamente, prende-se com a capacidade dos primeiros sentirem culpa ou remorso, inexistente no transtorno anti-social agressivo, no qual existe a ausência de quaisquer valores morais.

Existe assim a necessidade do comportamento anti-social ser definido em termos do seu significado psicológico e não tanto pelos seus aspectos comportamentais ou legais, na medida em que todos os doentes com transtorno da personalidade apresentam características típicas de transtorno narcisista de personalidade, acrescidas de patologia específica dos seus sistemas internalizados de moralidade. Na origem deste tipo de perturbações encontramos, segundo Heinze e cols (2004), carências nas primeiras relações afetivas, corroboradas pelos estudos de Spitz (1991) e Bowlby (1990), onde o sentimento de forte desvalorização vai refletir-se em um Eu desvalorizado e em um ideal do Eu grandioso que vem compensar as lacunas existentes. Também para Aguilar e cols. (2000), existem evidências empíricas substanciais que relacionam aspectos do desenvolvimento precoce (depressão materna, maus-tratos infantis, hostilidade dos pais) com o desenvolvimento de padrões de comportamento anti-social. Estas carências causariam grandes dificuldades na organização de parte da personalidade, cujo corolário seriam os problemas de comportamento e que submetidas a defesas maníacas, evitariam a depressão. Existe assim nestes indivíduos grande angústia e risco de depressão, onde se cristaliza um Super-Eu excessivamente severo.

Importa ainda destacar os trabalhos de Vincent, Vitacco, Grisso e Corrado (2003), que admitem a noção de tendência anti-social, enquanto movimento compulsivo que vai permitir à criança obter da sua mãe a reparação pelo dano que lhe causou, ao não satisfazer totalmente as suas exigências iniciais. Estas manifestações e a sua organização, vão depender das respostas dadas pelo ambiente e das capacidades da família responder às exigências da frustração. Propõe-se desta forma uma interpretação própria do papel das carências afetivas precoces, enquanto gênese da psicopatia.

Da vulnerabilidade aos fatores de proteção

A intervenção que visa o tratamento, deverá ter em consideração a compreensão e o valor dos comportamentos, no que diz respeito à sua gênese e aos seus fins, para que possam ser reapropriados pelo sujeito, permitindo a integração e a construção, no sentido positivo (Marques, 1995).

Seagrave e Grisso (2002) admitem que o problema da delinquência juvenil é da área psiquiátrica, pelo que consideram ser da competência dos serviços de saúde o tratamento destes jovens. Este tratamento passará por diversas vias: a orientação para atividades criativas, canalização da tendência para agir para atividades socialmente integradas, aproveitamento da boa capacidade psicomotora, ressocialização através da interiorização de sistemas relacionais mais equilibrados, constituição de uma melhor imagem de si próprio através do trabalho terapêutico, em que é dada ao jovem a possibilidade de reconstruir o objeto total interno na relação mais constante com o terapeuta, promovendo a sua capacidade de transferir o aprendido na equipa terapêutica para o exterior.

Thomas e Penn (2002), pelo contrário, defendem a recuperação e reeducação de delinquentes ligada ao sistema de justiça (de forma dinâmica e aberta), enquanto forma do jovem confrontar-se com a realidade, ajudando-o a compreender conceitos como o de responsabilidade, que concretizará no responder e assumir as conseqüências dos seus atos e na capacidade de iniciar comportamentos responsáveis. Faculta-se assim, a restauração do sentido de identidade e fortalece-se a consciência moral, tentando neutralizar um modo de funcionamento predominantemente egocêntrico.

Porém a necessidade de intervenção preventiva nos problemas de comportamento relacionados com a delinquência surge da constatação de que na sua origem se encontram comportamentos desviantes de início precoce.

Importa reter a noção segundo a qual, a psicopatologia não surge devido à existência de um fator de risco em particular, mas da conjugação de diversos fatores de risco no passado da criança. Na realidade o comportamento depende da interação entre os genes, o ambiente e a história de adaptação do indivíduo (Rutter, 2000).

Para o aparecimento deste tipo de problemas, existem fatores familiares sociais e económicos que são determinantes, devendo por isso ser considerados no delineamento de programas preventivos.

Segundo Vitaro, Brendgen, Pagani, Tremblay e McDuffy (2000), existem três modelos de intervenção preventiva já implementados nos Estados Unidos da América com diferentes níveis de sucesso: o modelo da influência dos pares, o modelo das características individuais e o modelo de interação indivíduo/colegas. Estes modelos divergem de acordo com a relevância dada ao envolvimento com os colegas na etiologia da delinquência juvenil.

No que toca à configuração familiar, as investigações sugerem que a utilização de estratégias disciplinares coercivas estão positivamente ligadas a comportamentos desviantes de crianças e jovens, pelo que uma modificação na abordagem educativa poderia traduzir-se numa diminuição dos comportamentos desviantes. A inconsistência da autoridade dos pais, poderá ser outro factor a considerar quando pensamos numa intervenção preventiva com a família, bem como a própria psicopatologia desses pais (Rutter, 2000).

Relativamente à escola, e pelo facto de ser um local de formação, é um contexto propício à comunicação entre os membros de um grupo e à utilização do tempo livre para a promoção de interesses pessoais, inibindo a manifestação da delinquência.

Considera-se assim matricial, a intervenção preventiva primária nos problemas de tipo delituoso dos adolescentes.

CONCLUSÃO

A díade adolescência/delinquência constitui uma máscara de dupla face que, adaptada ao rosto do jovem, criou um indivíduo caracterizado por duas possibilidades interdependentes, porém incompatíveis entre si, o adolescente domesticado, o modelo de juventude inocente e o adolescente delinquent. A partir desta teorização da psicologia do desenvolvimento todos os adolescentes encontram-se em situação de risco.

A delinquência juvenil pode apresentar-se sob várias formas de inadaptação ou de perturbação do comportamento que não dependem somente das características internas do indivíduo (desenvolvimento/organização psicológica), como também do nível de influência do exterior, logo pensamos poder admitir-se a existência de situações psicopatológicas relacionadas e determinadas por fenómenos psicossociológicos (Rutter, 2000).

As manifestações comportamentais delinquentes, pelo significado que possuem, revelam uma profunda perturbação das identificações, disfunções graves dos laços familiares a nível psicoafetivo e económico-social o que dificulta a integração social, a aprendizagem não só em termos de valores e normas sócio-culturais, como também escolar (Scaramella & cols., 2002). Algumas intervenções que visam o tratamento passam segundo Seagrave e Grisso (2002), por medidas empreendidas pelo sistema de saúde como forma de permitir ao jovem obter competências sociais. Contudo, medidas judiciais são também utilizadas,

enquanto estratégias de responsabilização dos adolescentes infratores (Thomas & Penn, 2002).

Nesta perspectiva, pensamos que o despontar deste interessante campo de estudo, que une a patologia mental à social, concebe a análise psicossocial da delinquência juvenil. Através da conjectura levantada por Aguilar e cols. (2000) segundo a qual o aparecimento de comportamentos anti-sociais exclusivos da adolescência são normativos e, portanto, não patológicos, merece uma investigação mais completa. Seria desejável desenvolver um estudo longitudinal que permitisse discriminar os fatores que permitem uma evolução no sentido da cristalização da delinquência e os que facilitam a remissão destes comportamentos.

É também necessário avaliar as intervenções de carácter preventivo implementadas em grupos de risco de forma a disseminar os resultados destas experiências e a identificar constrangimentos nas estratégias adotadas.

Por fim, poderá ser ainda útil entender a relação entre a existência de situações de risco para as crianças (corporizadas em maus tratos e diversos tipos de abusos por parte dos prestadores de cuidados) e a futura evolução para comportamentos desviantes.

REFERÊNCIAS

- Aguilar, B., Sroufe, A., Egeland, B. & Carlson, E. (2000). Distinguishing the early-onset/persistent and adolescence-onset antisocial behaviour types: From birth to 16 years. *Development and Psychopathology*, 12, 109-132.
- American Psychiatric Association (1994, 4th Ed.). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-III-R)*. Washington: American Psychiatric Association.
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barnow, S., Lucht, M. & Freyberger, H. (2001). Influence of punishment, emotional rejection, child abuse and broken home on aggression in adolescence: An examination of aggressive adolescents in Germany. *International Journal of Descriptive and Experimental Psychopathology, Phenomenology and Clinical Diagnostic*, 34, 167-173.
- Bowlby, J. (1990). *Trilogia apego e perda*. São Paulo: Martins Fontes.
- Braconnier, A. & Marcelli, D. (2000). *As mil faces da adolescência*. Lisboa: Climepsi.
- Capaldi, D. & Stoolmiller, M. (1999). Co-occurrence of conduct problems and depressive symptoms in early adolescent boys: III - Prediction to young-adult adjustment. *Development and Psychopathology*, 11, 59-84.
- Costa, J. (1999). Delinquência Juvenil: que política? [Resumo]. Em Instituto de Educação e Psicologia do Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho (Org.), *Actas do Congresso Crimes Ibéricos* (pp. 56-68). Minho: Portugal.

- Ferreira, O. (2000). Controlo e identidade: a não conformidade durante a adolescência. *Sociologia: problemas e práticas*, 33, 55-85.
- Heinze, H. J., Toro, P. A. & Urberg, K. A. (2004). Antisocial behaviour and affiliation with deviant peers. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 33(2), 336-46.
- Kernberg, O. (1995). *Transtornos graves de personalidade: estratégias psicoterapêuticas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Marques, M. (1995, Janeiro). Adolescência e transgressão: entre a transgressão dos limites e os limites da transgressão. Em *Congresso Os jovens e a Justiça*, Lisboa, Portugal.
- Mcknight, L. & Loper, A. (2002). The effect of risk and resilience factors on the prediction of delinquency in adolescent girls. *School Psychology International*, 23, 186-198.
- Minayo, M. (1993). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco.
- Pais, J. (1996). Levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a juventude portuguesa: tradições e mudanças (1985-1995). *Sociologia: Problemas e Práticas*, 21, 121-197.
- Pingeon, D. (1982). *La delinquance juvénile stigmatisée*. Genève: Université de Genève.
- Rae-Grant, N., McConville, B., Kenned, J., Vaughan, W. & Steiner, H. (1999). Violent behaviour in children and youth: Preventive intervention from a psychiatric perspective. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 38(3), 235-241.
- Rutter, M. (2000). Psychosocial influences: Critiques, findings and research needs. *Development and Psychopathology*, 12, 375-405.
- Scaramella, L., Conger, R., Spoth, R. & Simons, R. (2002). Evaluation of a social contextual model of delinquency: A cross-study replication. *Child Development*, 73, 175-195.
- Seagrave, D. & Grisso, T. (2002). Adolescent development and the measurement of juvenile psychopathy. *Law and Human Behavior*, 26(2), 219-239.
- Smith, C. A., Ireland, T. O. & Thornberry, T. P. (2005). Adolescent maltreatment and its impact on young adult antisocial behaviour. *Child Abuse Neglect*, 29(10), 1099-1119.
- Spitz, R. (1991). *O primeiro ano de vida*. São Paulo: Martins Fontes.
- Steinberg, L. (2000). The family at adolescence: Transition and transformation. *Journal of Adolescent Health*, 27, 170-178.
- Thomas, C. R. & Penn, J. V. (2002). Juvenile justice mental health services. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 11(4), 731-748.
- Ventura, J. (1999). Nascer e não ter sorte: ser jovem, deserdado e delinquente [resumo]. Em Instituto de Educação e Psicologia do Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho (Org.), *Actas do Congresso Crimes Ibéricos* (pp. 5-12). Minho: Portugal.
- Vincent, G. M., Vitacco, M. J., Grisso, T. & Corrado, R. R. (2003). Subtypes of adolescent offenders: Affective traits and antisocial behavior patterns. *Behavioral Sciences & the Law*, 21(6), 695-712.
- Vitaro, F., Brendgen, M., Pagani, L., Tremblay, R. & McDuff, P. (1999). Disruptive behaviour, peer association, and conduct disorder: Testing the developmental links through early intervention. *Development and Psychopathology*, 11, 287-304.

Recebido em 23/05/2006

Aceito em 05/12/2006

Endereço para correspondência: Carlos António Laranjeira. Escola Superior de Saúde, Campus Universitário de Viseu, Estrada do Alto do Gaio – Lordosa, 3510-631, Viseu-Portugal. *E-mail:* carloslaranjeira@hotmail.com